

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/9183	13015/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DCSS [NLI BRAGA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. O quadro de competências em causa foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passou a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de Abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, o Município de Braga pode celebrar parcerias com entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro;



6. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;

7. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na sua atual redação;

8. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever:

- a) Os serviços a prestar;
- b) O âmbito territorial de intervenção;
- c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas;
- d) O Regulamento Interno;
- e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo;
- f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria;
- g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);

9. Foram celebrados protocolos com 10 entidades para implementação dos Serviços de atendimento e Acompanhamento Social, entre 03 de Abril de 2023 e 02 de Abril de 2024 e entre 03 de Abril de 2024 e 02 de Abril de 2025, considerando como uma enorme mais-valia o conhecimento do território e a experiência acumulada pelos 42 profissionais das 10 entidades que operam diariamente no nosso território num contexto de grande complexidade e vulnerabilidades diversas, com reflexos diretos da sua atuação na vida das pessoas apoiadas e acompanhadas.

9.1 Entidades:

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCDRENO
- Associação Juvenil “A Bogalha”
- Cáritas Arquidiocesana de Braga
- Centro Comunitário de São Martinho de Dume
- Centro Cultural e Social de Santo Adrião
- Colégio São Caetano
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
- Santa Casa da Misericórdia de Braga
- Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

10. Compete ao Município de Braga «*avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria*», informação que se encontra plasmada no Relatório de Avaliação referente ao período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2024, em anexo, no qual se conclui que, decorrido mais um ano de execução dos SAAS sob a gestão do Município de Braga, as entidades deram cumprimento ao protocolado em prol do impacto positivo na vida das pessoas que nos solicitaram apoio e se encontram em situações de enorme vulnerabilidade, propondo-se a continuidade das parcerias antes



celebradas.

Pelo exposto, coloca-se à consideração submeter para deliberação do Executivo Municipal a aprovação dos protocolos específicos de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) a celebrar com as 10 entidades acima identificadas, bem como os quadros financeiros associados a esta operação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social e RSI de BRAGA

RECURSOS HUMANOS														EXECUÇÃO FINANCEIRA			
ENTIDADE		PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	MENSAL (21)	2025	2026	
CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA	2 Técnicos	Técnico	Concelho de Braga	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	62 133,96 €	82 150,99 €	10 075,77 €	92 226,75 €	4 391,75 €	39 525,75 €	52 701,00 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
A Bogalha	6 Técnicos 2 AAD	Técnico	CSF São Vitor	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	229 031,88 €	304 416,25 €	21 031,30 €	325 447,55 €	15 497,50 €	139 477,52 €	185 970,03 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		AAD		21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €								
		AAD		21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €								
Santa Casa da Misericórdia de Braga	4 Técnicos	Técnico	CSF São Vicente	33 956,76 €	7 572,36 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	44 609,69 €	127 816,26 €	168 641,59 €	23 989,26 €	192 630,85 €	9 172,90 €	82 556,08 €	110 074,77 €	
		Técnico		32 683,00 €	7 288,31 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	43 051,89 €								
		Técnico		30 845,50 €	6 878,55 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	40 804,62 €								
		Técnico		30 331,00 €	6 763,81 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	40 175,39 €								
Colégio São Caetano	3 Técnicos 1 AAD	Técnico	Maximinos Sé e Cividade	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	112 408,94 €	149 595,14 €	10 335,05 €	159 930,20 €	7 615,72 €	68 541,51 €	91 388,68 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		AAD		19 208,00 €	4 283,38 €	2 508,00 €	329,28 €	40,00 €	26 368,66 €								
Cruz Vermelha Portuguesa	5 Técnicos 1 AAD	Técnico	São Lázaro e São João do Souto	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	174 542,90 €	231 746,13 €	16 060,82 €	247 806,95 €	11 800,33 €	106 202,98 €	141 603,97 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		AAD		19 208,00 €	4 283,38 €	2 508,00 €	329,28 €	40,00 €	26 368,66 €								
Centro Comunitário de Dume	3 Técnicos	Técnico	CSF Palmeira CSIF do Cávado e CSIF da Ribeira	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	93 200,94 €	123 226,48 €	8 588,65 €	131 815,13 €	6 276,91 €	56 492,20 €	75 322,93 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	3 Técnicos 1 AAD	Técnico	CSIF Veiga do Penso	32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €	118 702,50 €	157 400,06 €	10 874,50 €	168 274,56 €	8 013,07 €	72 117,67 €	96 156,89 €	
		Técnico		32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €								
		Técnico		32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €								
		AAD		21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €								
ASCREDNO	3 Técnicos	Técnico	CSIF do Monte Sameiro e CSIF Alto Este	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	93 200,94 €	123 226,48 €	8 588,65 €	131 815,13 €	6 276,91 €	56 492,20 €	75 322,93 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
Sempre a Crescer	2 Técnicos	Técnico	CSIF do Nordeste	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	62 133,96 €	82 150,99 €	5 725,77 €	87 876,75 €	4 184,61 €	37 661,47 €	50 215,29 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
Centro Social de Cunha	5 Técnicos	Técnico	CSIF do Oeste e CSIF Caminhos do Sul e CSIF Varandas do Oeste	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	155 334,90 €	205 370,99 €	14 214,42 €	219 591,89 €	10 456,76 €	94 110,81 €	125 481,08 €	
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
		Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €								
				1 228 507,18 €	273 957,10 €	102 828,00 €	20 999,29 €	1 640,00 €	1 627 931,57 €			1 627 931,57 €	129 484,20 €	1 757 415,76 €	83 686,46 €	753 178,18 €	1 004 237,58 €

Código Validação: 69DAKPSZ2N2044NW-HF65-3N2
Verificação: <https://braga.rsi.pt/verificacao>
Documento assinado eletronicamente na plataforma eSI



Mensal	
83 686,46 €	
753 178,18 €	9 meses 2025
1 004 237,58 €	12 meses 2026

CARACTERIZAÇÃO GERAL

ENQUADRAMENTO

As autarquias locais assumem-se como uma estrutura crucial para a gestão de serviços públicos, numa dimensão de proximidade e orientação para o serviço público, incidindo num melhor atendimento e acompanhamento aos munícipes, o que se traduz em respostas públicas mais concertadas, que vão ao encontro das necessidades e potencialidades de cada um.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece, no seu artigo 12.º, o quadro da transferência de competências para as autarquias locais em matéria de ação social, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Neste contexto, as autarquias assumem um papel fundamental na gestão de serviços públicos de proximidade, permitindo uma maior adequação das respostas às necessidades da população e garantindo um atendimento mais eficiente, especialmente para os cidadãos em situação de maior vulnerabilidade social.

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, veio regulamentar esta transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social, atribuindo-lhes responsabilidades como:

- A gestão do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), destinado a apoiar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, exclusão e emergência social, incluindo a elaboração de relatórios de diagnóstico social e de acompanhamento, bem como a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de comprovada carência económica e risco social, conforme priorizado pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março.
- A coordenação do Núcleo Local de Inserção (NLI), abrangendo a celebração e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento



Social de Inserção (RSI), em conformidade com a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março.

Tendo por base os procedimentos internos adotados para a operacionalização deste processo, a Câmara Municipal de Braga assumiu formalmente estas competências a 3 de abril de 2023.

Assim, no cumprimento do previsto na alínea d) da cláusula 9.ª dos Protocolos de Cooperação celebrados a 03 de Abril de 2023, com as 9 entidades parceiras para execução de Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), no âmbito da transferência de Competências em matéria de Ação Social, compete ao Município de Braga *«avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante»*.

Considerando que o Segundo Outorgante se encontra abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;



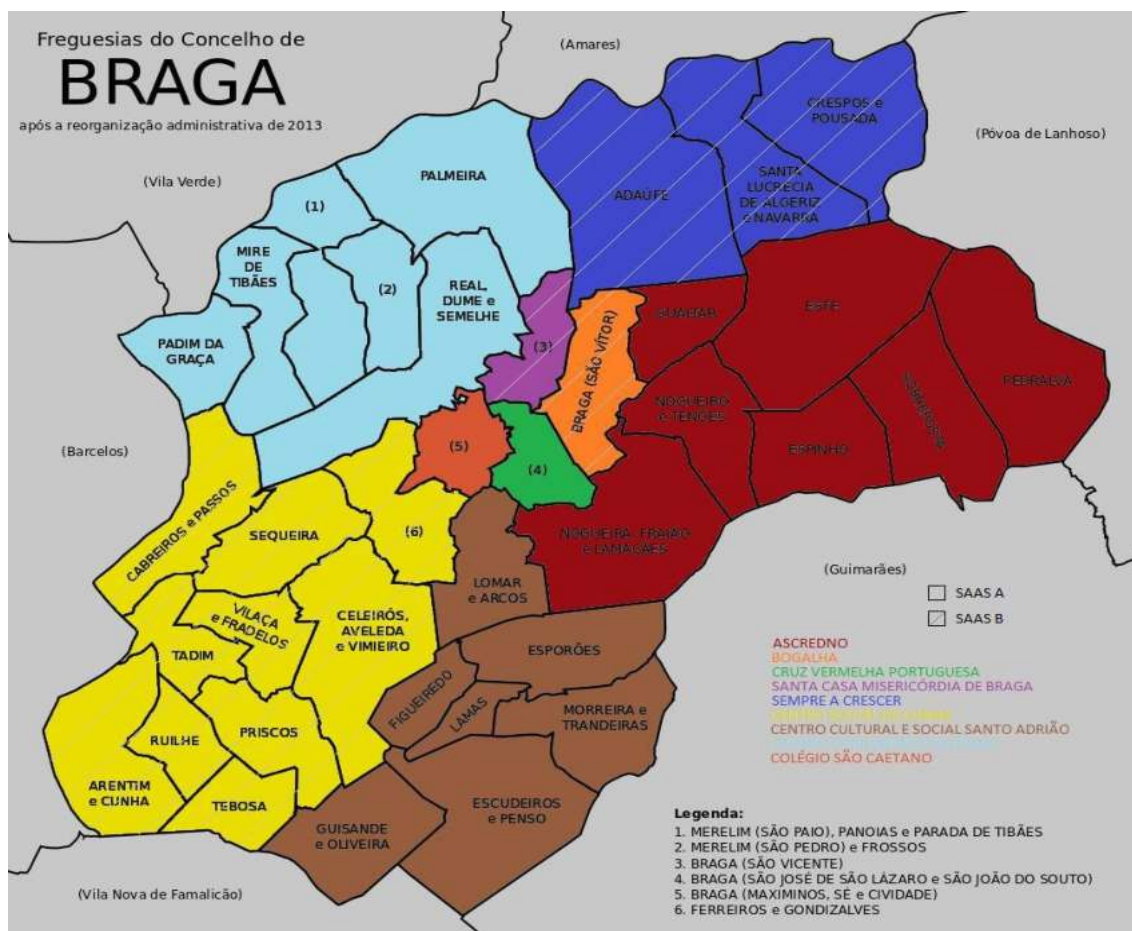
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto na legislação aplicável, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;



- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P. no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social. e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades parceiras que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma.



QUADRO COM ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL SAAS



Foram estabelecidas as designações “SAAS A” e “SAAS B” para representar a divisão do território concelhio, abrangendo nove entidades responsáveis pelo Atendimento e Acompanhamento Social.

Esta organização visa fortalecer a proximidade, melhorar a circulação de informação e facilitar a gestão da relação entre a Coordenação Municipal e as entidades parceiras, garantindo respostas mais rápidas e eficazes.

No segundo ano após a transferência de competências, foi criado o décimo SAAS através de um protocolo estabelecido com a Cáritas Arquidiocesana de Braga. Este SAAS tem como objetivo dar resposta às situações enquadradas na emergência social.



O SAAS A é constituído pelo SAAS da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Comunitário de Dume, Colégio São Caetano, ASCREDNO e Centro Cultural e Social de Santo Adrião.

O SAAS B é constituído pelo SAAS Sempre a Crescer, BOGALHA, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha e Cáritas.

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE BRAGA

Ao longo do presente relatório, pretende-se avaliar qualitativa o SAAS Braga no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos e metas, através da parametrização e avaliação dos indicadores predefinidos, apresentando os resultados da intervenção realizada, assente numa lógica de melhoria contínua do Serviço.

O período de execução das competências transferidas para o município, aliado ao contacto diário com situações de vulnerabilidade social, possibilitou uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas territoriais e dos processos socioeconómicos em curso. A experiência prática revelou não apenas as dificuldades enfrentadas pela população em situação de fragilidade, mas também as respostas institucionais e comunitárias desenvolvidas para mitigar essas dificuldades.

Assim, a proximidade com os desafios sociais e a interação com diferentes atores locais – como associações, instituições de solidariedade, serviços municipais e a própria comunidade permite-nos afirmar que não devem ser feitas alterações à distribuição territorial de cada Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) nem ao número de SAAS a operar no Município de Braga.

O conhecimento do território e a experiência acumulada pelos 42 técnicos das 10 entidades parceiras responsáveis representam uma mais-valia para a prestação de um serviço tão complexo como o atendimento e acompanhamento social. Este trabalho tem um impacto direto na vida das pessoas apoiadas, tornando essencial a estabilidade e continuidade das atuais estruturas.



Esta conclusão assenta no balanço realizado entre abril de 2024 e abril de 2025 sobre o trabalho desenvolvido com os dez SAAS protocolados com o Município de Braga, destacando-se as seguintes **atividades**:

- Planearam e organizaram a intervenção social, assegurando a contratualização necessária no âmbito das ações desenvolvidas;
- Avaliaram a implementação das medidas contratualizadas, promovendo a melhoria contínua da intervenção social;
- Garantiram um acompanhamento técnico contínuo, com vista à prevenção e resolução de problemáticas sociais, fomentando a autonomia das pessoas e das famílias;
- Disponibilizaram informação detalhada sobre o acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais, reforçando o exercício da cidadania e a participação social dos beneficiários;
- Asseguraram o atendimento, a informação e a orientação de cada pessoa e família, garantindo o conhecimento dos seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como o encaminhamento para os serviços mais adequados a cada situação;
- Elaboraram propostas fundamentadas para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual, destinadas a colmatar situações de emergência social e comprovada carência económica;
- Cumpriram integralmente as disposições estabelecidas nos respetivos protocolos e respeitaram as diretrizes previstas no Regulamento Interno dos SAAS;
- Responderam às solicitações dos Tribunais - elaboraram 127 informações sociais no âmbito dos processos de maior acompanhado.

PARTICIPAÇÃO ATIVA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

No decorrer do ano, os SAAS participaram ativamente em reuniões estratégicas e formativas, promovendo um trabalho colaborativo e concertado entre as diferentes entidades envolvidas. Destacam-se:



- Reuniões periódicas com os Coordenadores do Município, que permitiram alinhar estratégias, partilhar dificuldades e identificar oportunidades de melhoria na resposta social – 41 reuniões.
- Reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI), onde foi possível aprofundar o planeamento e a execução das medidas de inserção, reforçando a articulação entre os vários intervenientes – 36 reuniões.
- Ações de formação promovidas, contribuindo para a atualização contínua das equipas e o reforço das suas competências técnicas e interpessoais. nomeadamente: 1.º Socorros Psicológicos, Processo de Maior Acompanhado, Prestações Sociais, Boas Práticas na Saúde Pública, “História e Cultura Cigana”, entre outras.
- Participação no 1.º Encontro geral de todas as equipas SAAS;
- Fomentaram parcerias estratégicas com entidades e setores-chave da comunidade, nomeadamente nas áreas da Saúde, Educação, Justiça, Emprego e Formação Profissional, promovendo uma intervenção social mais eficaz e integrada;
- Garantiram o envio atempado dos relatórios de execução, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos.

PARCERIAS E INTERVENÇÃO MULTISSETORIAL

A eficácia das intervenções dos SAAS foi potenciada pelo trabalho articulado com outras entidades, nomeadamente nas áreas da Saúde, Educação, Emprego e Formação Profissional. Esta articulação permitiu respostas mais integradas, possibilitando soluções diversificadas e ajustadas às reais necessidades das pessoas acompanhadas.

A cooperação com o setor da Saúde viabilizou um acompanhamento mais próximo de situações de vulnerabilidade clínica e psicológica, assegurando o devido encaminhamento para os serviços especializados.



Na área da Educação, foram estabelecidas parcerias que facilitaram o acesso a programas de apoio escolar e formação, promovendo uma maior inclusão educativa.

Este modelo de intervenção integrada revelou-se fundamental para a construção de soluções sustentáveis e eficazes, reforçando o compromisso dos SAAS na promoção da inclusão social e no combate à pobreza e à exclusão.

OPERACIONALIZAÇÃO TÉCNICA

De modo a tornar mais visual a análise do trabalho da responsabilidade dos SAAS, apresentamos seguidamente uma série de quadros e gráficos que resumem a atuação das equipas.

RSI - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

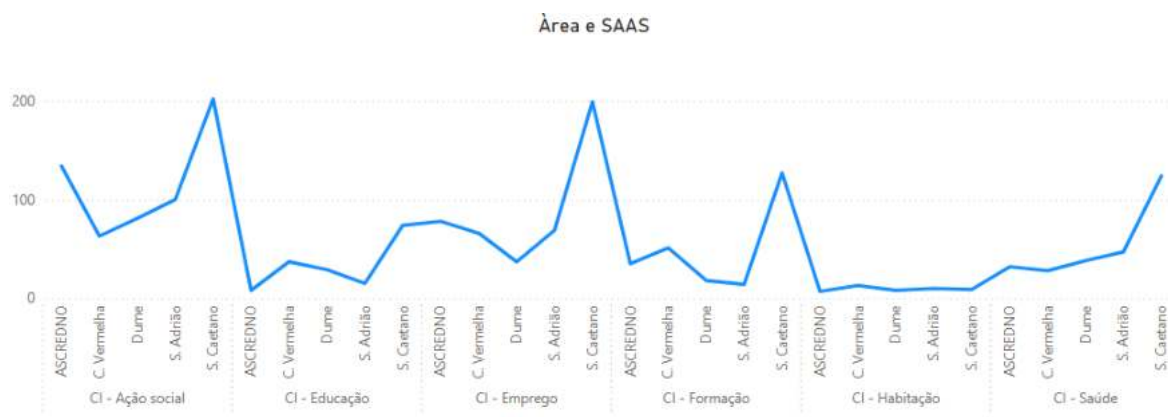
Novos Contratos de Inserção/Ações Acordadas/Famílias em Acompanhamento/Ações em Curso

DADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

SAAS A

Total Contratos de Inserção





Novos Contratos de Inserção/Ações Acordadas/Famílias em Acompanhamento/Ações em Curso

SAAS B

Total Contratos de Inserção



AIS – ACORDOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

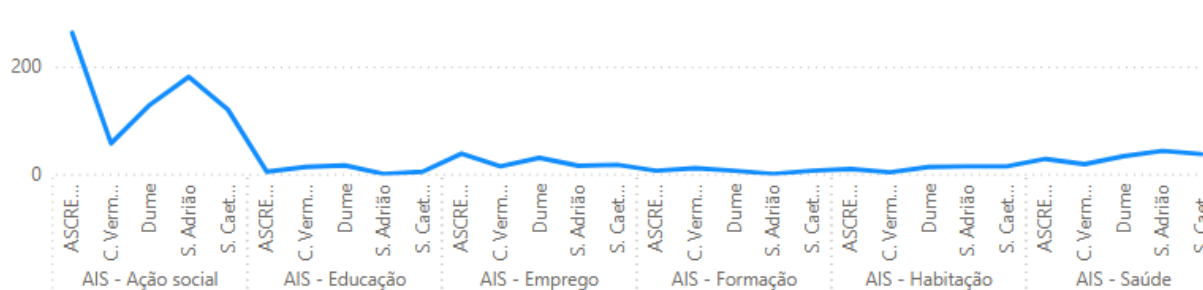
Novos Acordos de Intervenção/Ações Acordadas/Famílias em Acompanhamento/Ações em Curso

SAAS A

Total Acordos de Intervenção Social



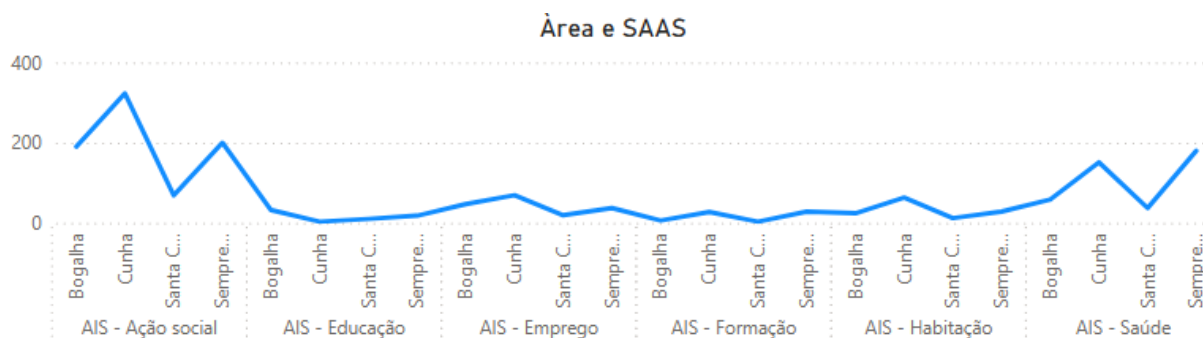
Àrea e SAAS



Novos Acordos de Intervenção/Ações Acordadas/Famílias em Acompanhamento/Ações em Curso

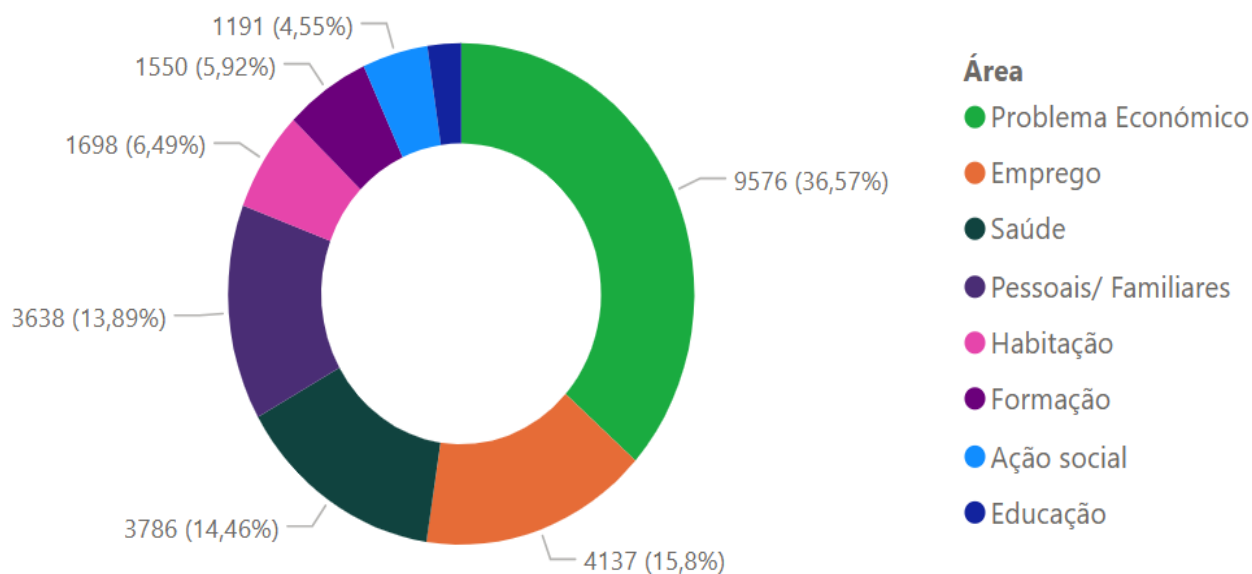
SAAS B

Total Acordos de Intervenção Social

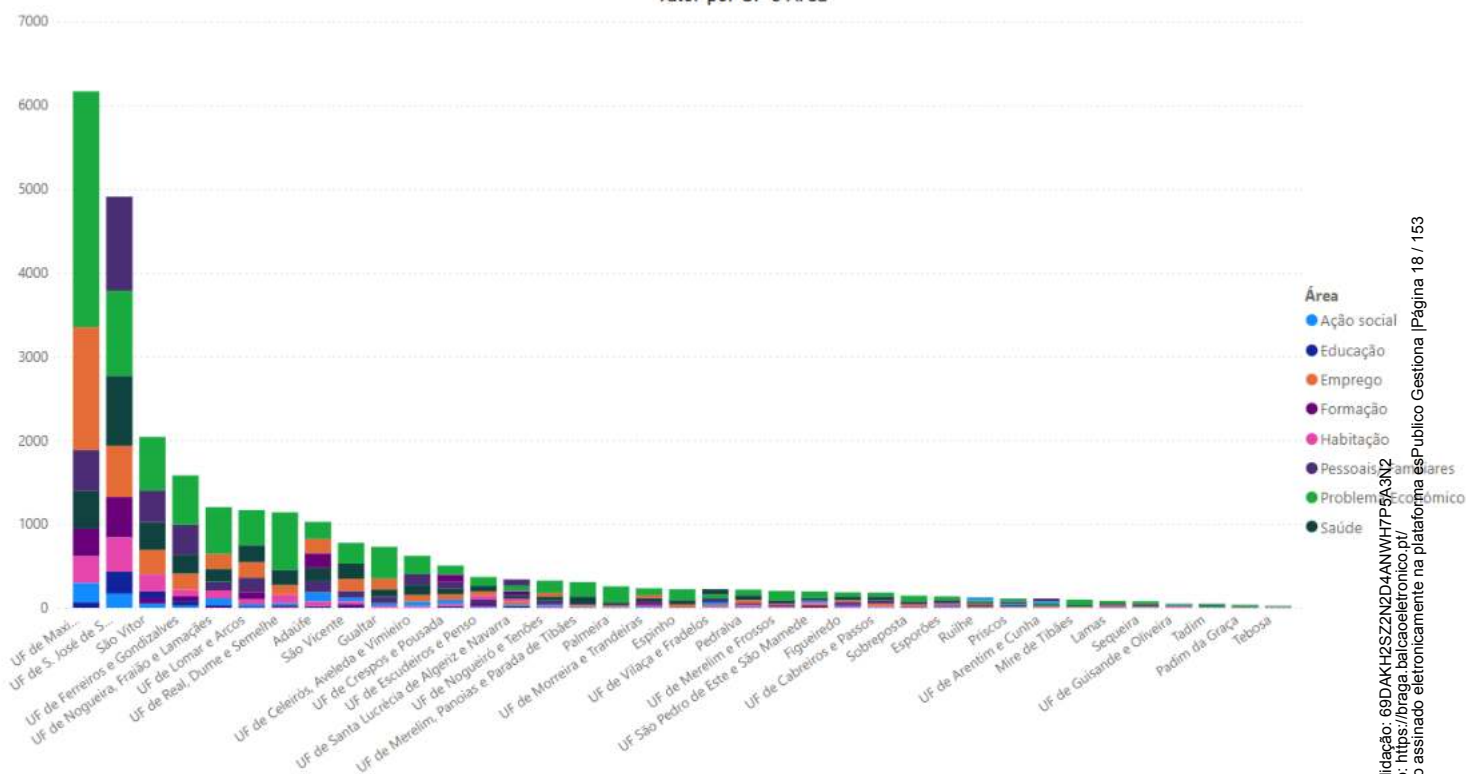


PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS

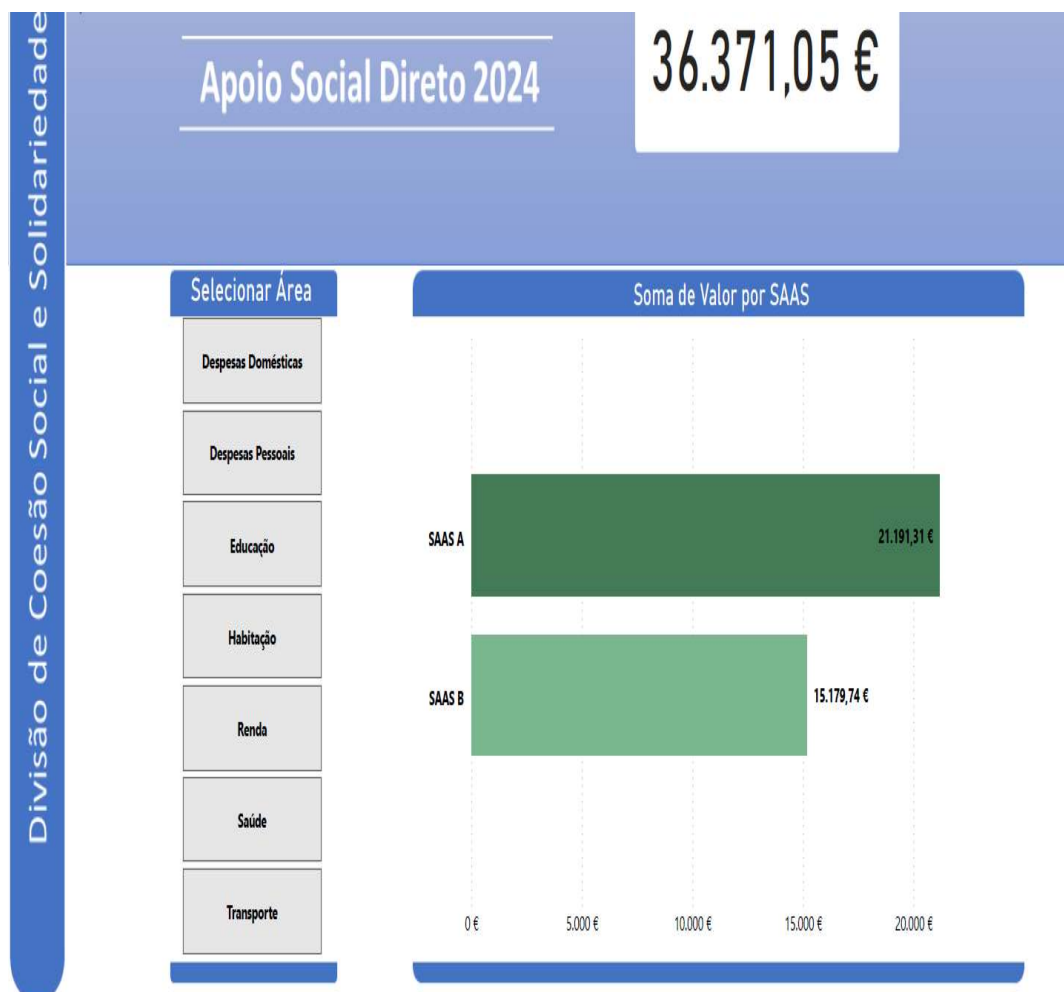
Valor por Àrea

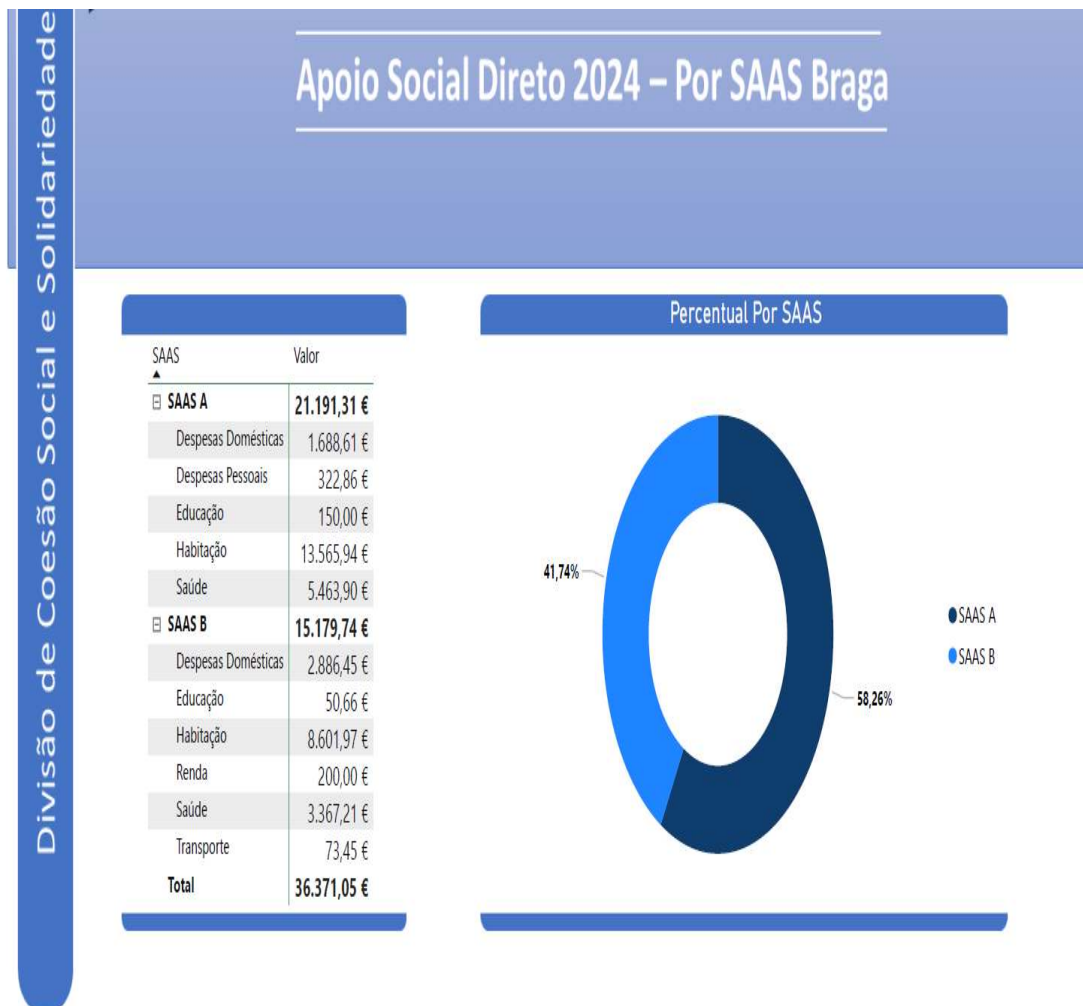


Valor por UF e Área



APOIO SOCIAL DIRETO





ÁREAS DE APERFEIÇOAMENTO IDENTIFICADAS

Após auscultação dos interlocutores das equipas SAAS, foram identificadas áreas que beneficiariam de um reforço técnico e formativo, destacando-se a necessidade de:

Capacitação Multidisciplinar – Investir na formação das equipas e parceiros em temas essenciais como:

- Maior -Acompanhado
- Prestações Sociais
- Migrações



- Violência doméstica - fenómeno
- Atuação da Rede Nacional de apoio a vítimas de Violência Doméstica
- Emergência Social
- Enquadramento Jurídico da Violência Doméstica e articulação com o Ministério Público
- Literacia do Luto
- Economia circular e a promoção do meio-ambiente
- Sessão de esclarecimento sobre medidas de apoio ao emprego e formação profissional
- Capacitação dos técnicos dos SAAS sobre consumo, endividamento
- Estatuto do Cuidador Informal
- Intervenção em situações de crise, nomeadamente no âmbito da saúde mental
- Internamento Compulsivo/Demências

O reforço da capacitação nestas áreas fortalecerá o conhecimento técnico das equipas, como também permitirá um atendimento mais qualificado e ajustado às necessidades diversificadas dos beneficiários.

Envolvimento e Responsabilização dos Parceiros do NLI: Promover um maior envolvimento e responsabilização por parte dos parceiros do NLI e os SAAS. É fundamental estabelecer uma colaboração mais estreita, alinhando objetivos e estratégias para alcançar resultados mais eficazes e impactantes na comunidade, através da autonomização das Pessoas/Famílias acompanhadas. Para isso, importa reforçar a comunicação entre os parceiros, garantir um compromisso ativo na definição e implementação das ações e incentivar a partilha de boas práticas, potenciando a criação de soluções inovadoras e sustentáveis.

Uniformização de Procedimentos Técnicos: É necessária a implementação de procedimentos técnicos uniformizados, garantindo não só um aumento da eficiência das operações, mas também promovendo uma prestação de serviços mais consistente e confiável para aqueles que atendemos. Neste sentido serão cruciais a definição clara de



diretrizes operacionais e a criação de mecanismos de monitorização e avaliação que assegurem a qualidade e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Impulsionar encontros regulares entre SAAS para desenvolver estratégias para amenizar os novos problemas sociais e partilha de experiências e boas práticas.

Aperfeiçoamento do instrumento de avaliação e autoavaliação dos SAAS;

Criação de guia/manual de procedimentos;

Acelerar os pedidos do Cartão Braga +Saúde;

Impulsionar a dinamização efetiva de uma estrutura local de parceria presidida pela Câmara Municipal, que, possa recorrer à contratualização e à coresponsabilização de parceiros locais ou supramunicipais, para constituir uma plataforma de articulação de parceiros, públicos e privados, com vista a facilitar a coordenação de recursos e a garantir uma maior eficácia no conjunto de respostas sociais, na coesão sócio territorial e na inclusão socioprofissional.

ATUAÇÃO DAS EQUIPAS DOS SAAS

A intervenção das equipas dos SAAS distinguiu-se por uma abordagem abrangente e centrada nas necessidades individuais de cada pessoa e família atendida. O atendimento prestado foi marcado pela escuta ativa, pela empatia e pelo respeito pela individualidade de cada utente, assegurando que as respostas sociais fossem ajustadas às especificidades de cada situação.

A informação e a orientação disponibilizadas não se limitaram a aspetos formais e burocráticos, mas procuraram, igualmente, capacitar as pessoas no exercício dos seus direitos e no cumprimento dos seus deveres, promovendo um maior grau de autonomia e participação social. Assim, as equipas demonstraram não só um conhecimento técnico



aprofundado, mas também uma postura humanizada e ética, fundamentais para o sucesso do apoio prestado.

No que respeita ao acompanhamento de processos específicos, realça-se o cumprimento rigoroso dos prazos e exigências na elaboração e envio de relatórios solicitados pela Coordenação e pelo Ministério Público no âmbito dos processos de Maior Acompanhado, evidenciando um elevado grau de responsabilidade e rigor técnico por parte das equipas.



CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os resultados alcançados ao longo do último ano refletem, de forma inequívoca, o empenho, a competência e a dedicação das equipas dos SAAS, bem como a eficácia do modelo de gestão adotado. Para além do cumprimento rigoroso dos protocolos, verificou-se um impacto positivo significativo na vida das pessoas acompanhadas, fortalecendo a sua autonomia e promovendo a sua plena integração na sociedade.

Dado o desempenho positivo observado e os benefícios gerados, recomendamos, salvo melhor opinião, a renovação dos protocolos com as entidades atuais, considerando a relevância da continuidade deste trabalho. A manutenção destas parcerias permitirá consolidar os avanços já alcançados e aprimorar ainda mais as práticas operacionais, sempre em alinhamento com os objetivos estratégicos da nossa Organização.

Além disso, propomos:

1. Aprofundar a formação contínua das equipas, garantindo atualização constante sobre metodologias de intervenção e novas diretrizes da política social.
2. Reforçar os mecanismos de monitorização e avaliação, permitindo um acompanhamento mais rigoroso da execução das medidas e a identificação de áreas de melhoria.
3. Expandir a articulação com outras entidades, explorando novas parcerias que possam ampliar a rede de apoio às famílias e indivíduos acompanhados.
4. Aperfeiçoar os instrumentos de comunicação e partilha de informação entre os SAAS e os demais intervenientes, garantindo maior fluidez e eficácia na gestão dos processos.
5. Maior rigor na afetação efetiva da equipa a 100% ao trabalho dos SAAS, no cumprimento do protocolado.
6. Promover uma participação equilibrada dos técnicos nas ações formativas.

Acreditamos que a continuidade e o aperfeiçoamento deste modelo contribuirão para o fortalecimento da coesão social, promovendo uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Coordenação SAAS/DCSS

Braga, Março de 2025



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró, adiante designada por **ASCREDO** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 503793337, com sede na Rua da Residência, 50, 4715-100, Nogueiró-Braga, neste ato representado/a pelo Presidente Manuel Afonso Tinoco Ribeiro da Silva.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A ASCREDO desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ,



Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Pedralva, Sobreposta, Espinho, Este (São Pedro), Este (São Mamede), Gualtar, Nogueiró, Tenões, Nogueira, Fraião e Lamações.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.



2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
 - f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
 - g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
 - h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
 - i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
 - j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
 - k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
 - l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
 - m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).
- 3- 2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de cento e trinta e um mil, oitocentos e quinze euros e treze cêntimos (€131.815,13), a que corresponde o valor mensal de seis mil duzentos e setenta e seis euros e noventa e um cêntimos (€ 6.276,91), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 600 para fundo de maneoio, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS												
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
ASCREDNO	3 Técnicos	Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	93 200,94 €	123 226,48 €	8 588,65 €	131 815,13 €
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da ASCREDNO tem a sua sede na Rua da Residência, 50, 4715-100, Nogueiró-Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos, Carnaval, 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa, 24 e 31 de Dezembro.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

Dia	Horário		Local/Morada
	09:00 – 13:00	14:00 – 17:00	
2.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
		Gualtar	JF de Gualtar – Sede: Rua da Bouça, 4, 4700-194 – Braga
3.ª feira	Nogueiró – Sede	Lamações	JF de Lamações: Av. Dr. António Palha 95, 4715-091 Lamações – Braga
		Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
4.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró	JF de Nogueiró: Av. da Liberdade, 11, 4715-387 Nogueiró – Braga
5.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
6.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Psicologia	Psicólogo/Interlocutor	100%
1	Serviço Social	Técnica de Serviço Social	100%
1	Serviço Social	Técnica de Serviço Social	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a



- acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
 - d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
 - e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
 - f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
 - g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
 - h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
 - i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
 - j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
 - k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
 - l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
 - m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
 - n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
 - o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
 - p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
 - q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;



- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.



- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV **Disposições Finais**

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:



1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.



CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;



- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró

(Manuel Afonso Tinoco Ribeiro da Silva)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Associação Juvenil “A Bogalha”, adiante designada por **Bogalha** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 501947701, com sede na Rua Álvaro Dória nº 33, 4710-350 Braga, neste ato representado/a pelo Presidente da Direção, Adolfo Eduardo de Castro Fernandes.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Bogalha desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª
Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser



promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ, Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, na freguesia de São Victor.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.



2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos (€ 325.447,55), a que corresponde o valor mensal de quinze mil, quatrocentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos (€ 15.497,50), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 1.400 para fundo de maneo, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
A Bogalha	6 Técnicos 2 AAD	CSF São Vitor	Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	229 031,88 €	304 416,25 €	21 031,30 €	547,55 €
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
			AAD	21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €				
			AAD	21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €				

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Bogalha tem a sua sede na Rua José António Cruz, n.º 110, 4715-343 Braga e intervém na Freguesia de São Vitor.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.

O atendimento às populações da freguesia referida na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Bogalha	Sede do SAAS	2.ª a 6.ª feira	09:00 às 12:30 e 14:00 às 17:00	253 251 069

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Serviço Social	Assistente Social	100%
2	Psicologia	Psicóloga	100%
2	Ciências da Educação	Téc. Superior Educação	100%
2	Secundário	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;



- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;



- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo



- Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
 - 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
 - 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
 - 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no



- respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
 3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação Juvenil “A Bogalha”

(Adolfo Eduardo de Castro Fernandes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Centro Comunitário de São Martinho de Dume adiante designada por **CC Dume** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 504 730 584, com sede na Rua Fonte Carreira, nº3, Dume - Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Romeu José Taveira Gomes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O CC Dume desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ,



Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Dume, Real, Frossos, Palmeira, Merelim S. Paio, Merelim S. Pedro, Panoias, Parada de Tibães, Mire de Tibães, Padim da Graça e Semelhe.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;



g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
 - f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
 - g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
 - h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
 - i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
 - j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
 - k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
 - l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
 - m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).
- 3- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de cento e trinta e um mil, oitocentos e quinze euros e treze cêntimos (€131.815,13), a que corresponde o valor mensal de seis mil duzentos e setenta e seis euros e noventa e um cêntimos (€ 6.276,91), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 600 para fundo de maneoio, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS												
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Centro Comunitário de Dume	Técnico	CSF Palmeira	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	93 200,94 €	123 226,48 €	8 588,65 €	131 815,13 €
	Técnico	CSIF do Cávado e	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				
	Técnico	CSIF da Ribeira	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade do CC Dume tem a sua sede na Rua Cónego Insuelas, nº 29, 4700-055, Dume - Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.



CLÁUSULA 11.ª**Horário e Locais de Atendimento**

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos, Carnaval, 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa, 24 e 31 de Dezembro.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
CC Dume	JF Dume	2.ª a 6.ª feira	09:00 às 13:00 e 14:00 às 17:00	253 624 914

CLÁUSULA 12.ª**Composição da Equipa Técnica**

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Educação Social	Educador Social	100%
1	Psicologia	Psicólogo	100%

CLÁUSULA 13.ª**Obrigações do Segundo Outorgante**

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;



- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;



- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.



- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do



Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Centro Comunitário de São Martinho de Dume

(Romeu José Taveira Gomes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, adiante designada por Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 503 713 007, com sede na Rua de Beirão, nº 3, 4705-472, Cunha - Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Albano Martins de Sousa.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser



promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ, Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Arentim, Cunha, Ruílhe, Tadim, Vilaça, Fradelos, Priscos, Tebosa, Celeirós, Aveleda, Vimieiro, Cabreiros, Passos São Julião, Sequeira, Ferreiros e Gondizalves.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;



- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;



- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de duzentos e dezanove mil, quinhentos e noventa e um euros e oitenta e nove cêntimos (€219.591,89), a que corresponde o valor mensal de dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e setenta e seis cêntimos (€ 10.456,76), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 900 para fundo de maneo, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
Centro Social de Cunha	5 Técnicos	Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	155 334,90 €	205 377,47 €	14 214,42 €	219 591,89 €	Publico Gestor
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha tem a sua sede na Rua da Torre nº 10, 4705-050 Aveleda, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
APAF Cunha	Sede SAAS	2.ª e 4.ª Tarde	14h00m às 17h00m	966041411
	Sede SAAS	5.ª e 6.ª	09h30 às 12h30 e 14h00m às 17h00m	966041411
	JF Tadim	Segunda-feira	09h30m às 12h30m	966041411
	JF Sequeira	Quarta-feira	09h30m às 12h30m	966041411
	JF Ferreiros	Terça-Feira	09h30 às 12h30 e 14h00m às 17h00m	966041411

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Licenciatura em Psicologia	Psicóloga/Coordenadora	100%
2	Licenciatura em Educação	Técnico Superior de Educação	100%
2	Licenciatura em Serviço Social	Assistente Social	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;



- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;



- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo



- Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
 - 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
 - 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
 - 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do



Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha

(Albano Martins de Sousa)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, adiante designada por **CVP Del. Braga** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 745 749, com sede na Avenida 31 de Janeiro, nº 317, 4715-052 Braga, neste ato representada pelo Presidente da Direção, Júlio Manuel Faceira Guedes.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A CVP Del. Braga desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª
Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ,



Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados à situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.



2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e seis euros e noventa e cinco centimos (€ 247.806,95), a que corresponde o valor mensal de onze mil e oitocentos e trinta e três centimos (€ 11.800,33), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 1.100 para fundo de maneo, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
Cruz Vermelha Portuguesa	Técnico	São Lázaro e São João do Souto	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	174 542,90 €	231 746,13 €	16 060,82 €	247 806,95 €	Página 8
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	AAD		19 208,00 €	4 283,38 €	2 508,00 €	329,28 €	40,00 €	26 368,66 €					

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga tem a sua sede na Avenida 31 de Janeiro, nº 317, 4715-052 Braga e intervém na União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos, Carnaval, 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa, 24 e 31 de Dezembro.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
CVP Del. Braga	Sede do SAAS	2.ª a 6.ª feira	09:30 às 12:30 e 14:00 às 17:00	253208870/918748326

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Sociologia	Técnica Superior/Interlocutora	100%
2	Psicólogas	Técnica Superior	100%
2	Assistentes Sociais	Técnico Superior	100%
1	12º ano (Animadora Sociocultural)	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;



- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;



- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo



- Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
 - 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
 - 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
 - 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no



- respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
 3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.^a

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.^a

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga

(Júlio Manuel Faceira Guedes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Santa Casa da Misericórdia de Braga, adiante designada por **Misericórdia de Braga** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 848 645, com sede na Rua D. Diogo de Sousa, nº 124, Braga e sede administrativa no Palácio do Raio, situada na Rua do Raio, nº 400, 4700-920, Braga, neste ato representada pelo Provedor, Bernardo José Ferreira Reis.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Santa Casa da Misericórdia de Braga desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ,



Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, na freguesia de S. Vicente.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios



mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de cento e noventa e dois mil e seiscentos e trinta euros e oitenta e cinco cêntimos (€192.630,85), a que corresponde o valor mensal de nove mil, cento e setenta e dois euros e noventa cêntimos (€ 9.172,90), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 780 para fundo de maneo, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
Santa Casa da Misericórdia de Braga	4 Técnicos	Técnico	33 956,76 €	7 572,36 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	44 609,69 €	127 816,26 €	168 641,59 €	23 989,26 €	192 630,85 €	Página 6
		Técnico	32 683,00 €	7 288,31 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	43 051,89 €					
		Técnico	30 845,50 €	6 878,55 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	40 804,62 €					
		Técnico	30 331,00 €	6 763,81 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	40 175,39 €					

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Misericórdia de Braga em a sua sede na Av. Artur Soares, nº 324 – Fração BC, 4700-363 e intervém na freguesia de São Vicente.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h30m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da Freguesia referida na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Santa Casa da Misericórdia de Braga	Av. Artur Soares, nº 324 – Fração BC, 4700-363	2.ª a 6.ª feira	10h00m às 13h00m 14h00m às 17h00m	932115898

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos, um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
2	Serviço Social	Técnico Superior	100%
1	Ciências Sociais e Humanas	Técnico Superior	100%
1	Psicologia	Psicóloga	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;



- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;



- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.



- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do



Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Santa Casa da Misericórdia de Braga

(Bernardo José Ferreira Reis)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Centro Cultural e Social de Santo Adrião, adiante designada por **CCSSA** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 501 483 667, com sede na Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, nº4, Braga, neste ato representado/a pelo Presidente da Direção, João Gonçalves Rodrigues de Sousa.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O CCSSA desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser



promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ, Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Lomar, Arcos, Guisande, Oliveira S. Pedro, Figueiredo, Lamas, Esporões, Morreira, Trandeiras, Escudeiros, Penso Santo Estevão e Penso São Vicente.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;



- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;



- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da participação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a participação financeira no valor de cento e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos (€168.274,56), a que corresponde o valor mensal de oito mil, cento e três euros e sete cêntimos (€ 8.103,07), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 700 para fundo de maneoio, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS												
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	3 Técnicos 1 AAD	Técnico	32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €	118 702,50 €	157 400,06 €	10 874,50 €	168 274,56 €
		Técnico	32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €				
		Técnico	32 462,50 €	7 239,14 €	2 508,00 €	556,50 €	40,00 €	42 806,14 €				
		AAD	21 315,00 €	4 753,25 €	2 508,00 €	365,40 €	40,00 €	28 981,65 €				

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade do CCSSA tem a sua sede na Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, nº 4, São Lázaro - Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações das Freguesias referidas na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	Sede do CCSSA	2.ª, 4.ª e 6.ª	09h00m às 13h00m 14h00m às 17h:00m	253 200 693 962 778 618
	JF Escudeiros	3.ª	10h00m às 13h00m	253 200 693 962 778 618
	JF Figueiredo	3.ª	14h00m às 17h30m	253 200 693 962 778 618
	JF de Lomar e Arcos	5.ª	09h30m às 13h00m 14h00m às 17h00m	253 200 693 962 778 618

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Psicologia	Assistente Social /Interlocutor	100%
2	Serviço Social	Assistente Social	100%
1	Secundário	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;



- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;



- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo



- Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
 - 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
 - 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
 - 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no



respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Centro Cultural e Social de Santo Adrião

(João Gonçalves Rodrigues de Sousa)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Colégio de São Caetano, adiante designada por Colégio de São Caetano ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 939 497, com sede no Largo Madre Deus, Maximinos – Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Custódio Macedo Lima.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O Colégio de São Caetano desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ, Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais



para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS na União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.



2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de cento e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta euros e vinte cêntimos (€159.930,20), a que corresponde o valor mensal de sete mil, seiscentos e quinze euros e setenta e dois cêntimos (€ 7.615,72), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 700 para fundo de maneio, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
Colégio São Caetano	3 Técnicos 1 AAD	Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	112 408,94 €	149 595,14 €	10 335,05 €	159 930,20 €	
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
		Técnico	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
		AAD	19 208,00 €	4 283,38 €	2 508,00 €	329,28 €	40,00 €	26 368,66 €					

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS na União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Colégio São Caetano	Colégio São Caetano	2.ª a 6.ª feira	09h00m às 12h30m 14h00m às 16h30m	253 695 322

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Enfermagem	Enfermeira	100%
1	Psicologia	Psicóloga	100%
1	Ajudante Ação Familiar	Ajudante de Ação Familiar	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;



- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;



- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.



- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.



3. As partes comprometem-se:

- a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
- b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
- c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o



- Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
 - 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
 - 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
 - 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
 - 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.



Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Colégio de São Caetano

(Custódio Macedo Lima)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, adiante designada por **Sempre a Crescer** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 504 965 050, com sede na Rua da Presa, nº 66, Adaúfe, 4710-569, Braga, neste ato representada pela Tesoureira do Conselho de Administração, Katya Solange Gonçalves de Carvalho Ramos.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Sempre a Crescer desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser



promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ, Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados a cada situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS nas freguesias de Adaúfe, Crespos, Pousada, Navarra e Santa Lucrécia de Algeriz.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;



- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;



- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e seis euros e setenta e cinco centavos (€87.876,75), a que corresponde o valor mensal de quatro mil, cento e oitenta e quatro euros e sessenta e um centavos (€ 4.184,61), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 400 para fundo de manuseio, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS												
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Sempre a Crescer	2 Técnicos	CSIF do Nordeste	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	62 133,96 €	82 150,99 €	5 725,77 €	87 876,75 €
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €				

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Sempre a Crescer tem a sua sede na Rua da Presa, nº 66, Adaúfe Braga, e intervém nas freguesias mencionadas na cláusula 3.ª.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Sempre a Crescer	Junta de Freguesia de Adaúfe	2.ª a 6.ª feira	09h00m às 12h30m 14h00m às 17h00m	936890366

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Educação	Técnica Superior de Educação	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;



- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;



- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.



- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do



Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.

2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Conselho de Administração, a Tesoureira

(Katya Solange Gonçalves de Carvalho Ramos)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL - EMERGÊNCIA SOCIAL (SAAS-ES)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Depois da criação dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga (SAAS) constatamos a necessidade de criação de um serviço complementar à intervenção interativa e pluridisciplinar que já mobiliza inúmeros recursos no nosso território.

Assim, pretende-se criar um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – Emergência Social (SAAS-ES) que seja capaz de dar respostas nas seguintes situações emergentes e/ou de crise:

- Desalojamento
- Abandono
- Saúde
- Diversos tipos de Violência (física, sexual, psicológica, económica, negligência...)
- Desemprego
- Alimentação
- Ausência ou perda de autonomia
- Informação e encaminhamento relativo a questões referentes a legalização

Pretende-se garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social e contribuir para a construção de percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação de maior proximidade entre os serviços e os cidadãos.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de Abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço



- de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de Agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
 4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
 5. Se trata de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção de forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
 6. Relativamente ao serviço a prestar no contexto emergencial, embora que a gestão da Linha Nacional de Emergência Social (LNES - 144) seja da responsabilidade do Instituto de segurança Social, a competência está a ser exercida pelos Municípios após encaminhamento da LNES para a Coordenação Municipal dos SAAS;
 7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro;
 8. O SAAS-ES consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
 9. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O Regulamento Interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico, em articulação com os Serviços Municipais; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
 10. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas.

Nestes termos, estabelece-se um Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – Emergência Social, doravante designado de SAAS-ES, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

A **CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA**, adiante designada por CÁRITAS ou Segundo Outorgante, com o número de pessoa coletiva 501438394, com sede na Rua dos Falcões, 19 – 4700-316 Braga, no presente ato representada pelo Presidente da Direção, **João da Costa Nogueira**.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, nomeadamente no que respeita a questões de Emergência Social, sendo que:

- a) A CÁRITAS desenvolve o SAAS-ES, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, de modo a garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social e contribuir para a construção de percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS-ES e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS-ES no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência.
- 2- São objetivos do SAAS-ES: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento para as entidades mencionadas no Guia Prático da Linha Nacional de Emergência Social (ISS, IP).



CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS-ES, em todo o território do concelho de Braga.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS-ES constitui-se como uma modalidade de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), dirigido a pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social em situações de:

- CRISE – situação de vulnerabilidade e desproteção resultante de não estarem asseguradas, a breve prazo, as condições mínimas de proteção pelo que se impõe uma intervenção urgente e encaminhamento para os serviços;

e/ou

- EMERGÊNCIA – situação imprevista, de vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas as condições mínimas de proteção e que constituam um perigo real, atual ou iminente, necessitando de uma intervenção social imediata.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS-ES

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS-ES: a promoção da inserção social e comunitária; a personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; a intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, a valorização das parcerias para uma atuação integrada; a intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 – No contexto de problemáticas ou situações relativas a Desalojamento, Abandono, Saúde, Violência, Desemprego, Alimentação, Ausência ou perda de autonomia e Informação e encaminhamento relativo a questões referentes a legalização, o SAAS-ES desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;



g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS-ES pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da Saúde, Educação, Justiça, Emprego e Formação Profissional, Habitação/Alojamento, entre outras.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a CÁRITAS assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, em harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico e financeiro, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- b) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- c) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e validar os relatórios de execução do Segundo Outorgante, procedendo a recomendações e corretivas ou de melhoria;
- d) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- e) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;



- f) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- g) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a comparticipação financeira no valor global de noventa e dois mil, duzentos e vinte e seis euros e setenta e cinco cêntimos (€ 92.226,75) a que corresponde o valor mensal de quatro mil, trezentos e noventa e um euros e setenta e cinco cêntimos (€ 4.391,75), referente aos encargos mensais com os recursos humanos, funcionamento e despesas emergenciais, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS-ES da responsabilidade da CÁRITAS com sede na Rua dos Falcões, 19 – 4700-316 Braga, não obstante poder vir a ser definido outro local de atendimento a acordar entre as partes, tem a sua atuação definida para todo o território do Concelho de Braga.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS-ES funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, assim como nos feriados e dias Santos e 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa.
- 2- O atendimento decorrerá na sede da CÁRITAS, mencionada na cláusula anterior.

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS-ES é assegurada 3 Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades, um com afetação a 100% e dois com afetação a 50%.
- 2- Na constituição da equipa integrada, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com a Coordenação Municipal dos SAAS de Braga.

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS-ES e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo e documentos anexos;



- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos;
- e) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados;
- f) Organizar e registar, sempre que necessário, um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- g) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- h) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- i) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- j) Utilizar, sempre que necessário, os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- k) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- l) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao 5.º dia útil do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- m) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- n) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- o) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- p) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;



- q) Utilizar, sempre que necessário, os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social;
- r) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- s) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- t) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- u) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS-ES;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS-ES, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.



- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:



1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.^a

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto e a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.^a

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 05 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Cáritas Arquidiocesana de Braga

(João da Costa Nogueira)

